



Prefeitura de Santos Secretaria de Educação



ROTEIRO DE ESTUDO/ATIVIDADES

UME: Professor Florestan Fernandes.

ANO: 8ºanos. COMPONENTE CURRICULAR: História.

PROFESSORA: Eliane Silva Fernandes.

PERÍODO DE 03/08/2020 a 14/08/2020.

TIPO DE ATIVIDADE: A atividade tem como tema o Segundo Reinado - Parte 2. Tem como foco a abordagem do desenvolvimento econômico durante o Segundo Reinado. A abordagem da atividade também tentará compreender as relações do trabalho no Brasil e, principalmente, discutir o fim da escravidão no país.

ORIENTAÇÕES: Leia o material disponível sobre o tema. Em seguida, responda as questões em seu caderno. Para enviar a atividade, você poderá usar a plataforma do Google Classroom, ou enviar por e-mail.

E-mail: professora.elianesfernandes@gmail.com

professora.elianesfernandes@educa.santos.sp.gov.br

SEGUNDO REINADO - Parte 2

O Segundo Reinado foi um período marcado pelas transformações de setores políticos, sociais e econômicos no Brasil. Na política, o período pode ser compreendido na atuação de dois partidos políticos, Liberais e Conservadores, que tentavam se estabelecer no poder, a fim de preservar seus interesses e privilégios. Na questão social, tivemos a abolição da escravidão e a introdução do trabalho livre de imigrantes europeus. Na parte econômica, o café se tornou o principal produto da economia brasileira do período. Abasteceu principalmente o mercado externo.

Café - Ouro verde da economia brasileira.

A economia brasileira no Segundo Reinado teve o **café** como seu **principal produto econômico**, voltado a abastecer o mercado externo.

Originário da África, o café foi introduzido no Brasil em 1727, pela Guiana Francesa. A princípio, o cultivo era para atender o consumo interno no país. No final do século XVIII, com o aumento do consumo e do preço do produto em outros países, a produção do café começou a crescer para também atender o mercado externo.

No começo do Segundo Reinado, em 1840, o café já era o principal produto da economia brasileira, representando cerca de 40% da exportação do país e mais da metade da produção mundial. O café chegou a superar o açúcar, que ocupava o espaço de principal produto de exportação brasileira.

A rápida expansão do cultivo de café se deu por motivos como: **solo apropriado e clima favorável** na região onde passou a ser cultivado; **aumento do consumo nos Estados Unidos e Europa**; o produto não precisa de grande investimento, dentro de quatro anos ele produz os primeiros frutos e passa a produzir por mais 30 anos.

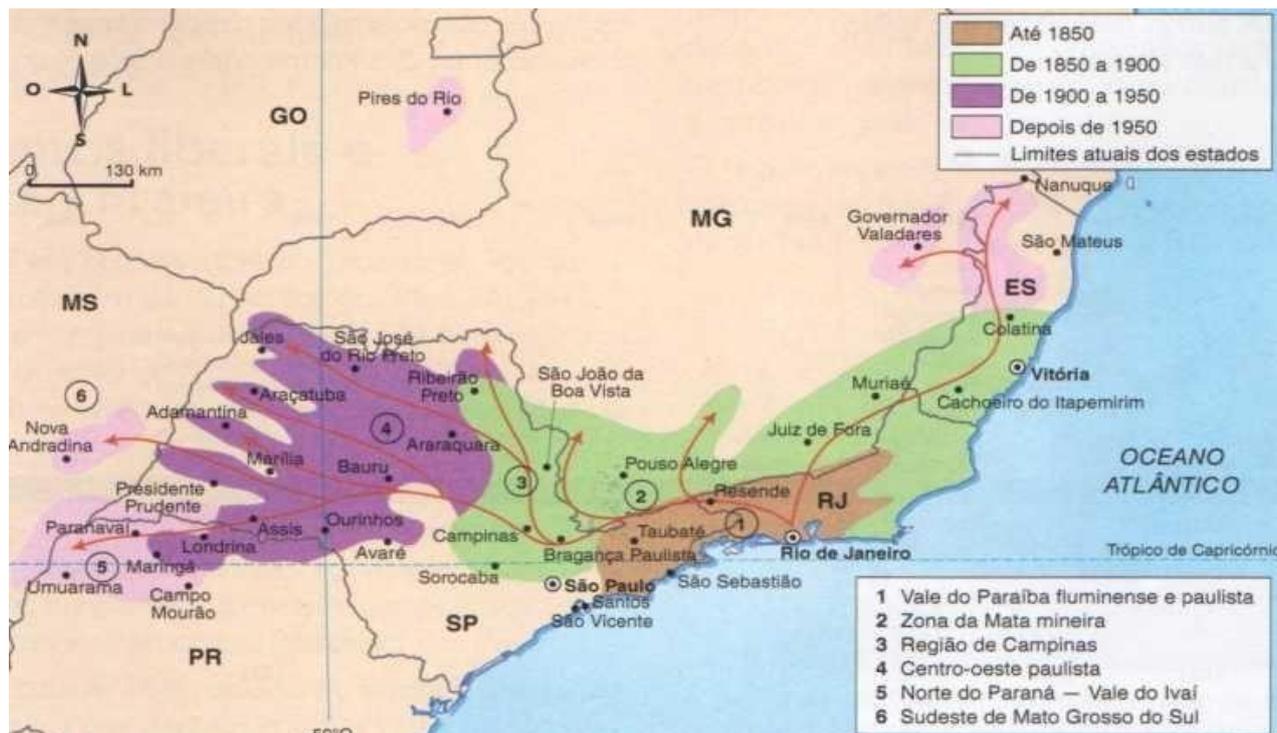
- O cultivo de café no Brasil

Por ter sido introduzido no Brasil pela Guiana Francesa, o café passou a ser cultivado no Pará, que faz divisa com esse país, como uma planta ornamental. Por volta de 1830, o café passou a ser cultivado no **Vale do Paraíba**, marcando a **primeira fase de produção para um amplo mercado**. Localizada na região entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o Vale do Paraíba apresentava condições que permitiam a produção do café na área. A proximidade do porto do Rio de Janeiro, que garantia o escoamento do produto para a Europa e Estados Unidos, também foi muito favorável para a produção cafeeira nessa região. Porém, por volta de 1860, a cultura cafeeira do Vale do Paraíba começou a apresentar sinais de enfraquecimento. As limitações geográficas da área, que estava localizada entre duas serras, dificultavam a expansão do cultivo; o

desmatamento e o esgotamento do solo, pelo uso intensivo; a ausência de técnicas, foram causas que resultaram a queda progressiva da produção de café nessa região.

A solução encontrada foi voltar-se para uma nova área para garantir o cultivo a produção do café. O centro da produção cafeeira passou a ser o **Oeste Paulista**. A nova região ocupou, no final da década de 1880, o posto de principal produtora de café do país. As condições naturais da região, como o solo de **terra roxa**, muito fértil e que permitia uma grande produção do café e por mais tempo; terras que eram pouco exploradas na região, além de um clima favorável e um relevo pouco acidentado tornaram possível para o Oeste Paulista ocupar o espaço de centro produtor de café.

A produção do café também chegou a outras áreas como o Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. A **marcha do café** possibilitou a expansão territorial do Brasil e o povoamento de seu interior. A expansão cafeeira em São Paulo, principalmente por conta do Oeste Paulista como centro produtor, permitiu que a São Paulo se transformasse na **área mais rica e dinâmica do país**.



Fonte: <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/economia-cafeeira>

Expansão cafeeira no centro-sul do Brasil

1. A economia brasileira na segunda metade do século XIX foi sustentada pela produção do café. Assinale a alternativa correta sobre as características econômicas do Brasil no Segundo Reinado.

(A) O café representou 70% das exportações do Brasil no período.

(B) O crescimento do consumo na Europa e nos Estados Unidos contribuiu para expansão do cultivo do café no Brasil.

(C) A grande produção do café no Brasil se concentrou na região nordeste.

(D) O cultivo do café no Brasil foi feito somente para atender ao comércio interno do produto.

- Mudanças favorecidas pelo café

A riqueza produzida pelo café permitiu o **desenvolvimento interno** do país, principalmente de São Paulo. Investimentos foram voltados na construção de ferrovias, portos e bancos que favoreceram os investidores externos, fazendeiros e comerciantes nacionais.

A economia cafeeira transformou as relações políticas, econômicas e sociais nas regiões onde foram organizadas sua produção. Uma nova elite se formava: os **barões de café**. Instituídos com títulos de nobres, os barões do café exerciam força política e prestígio social a partir dessa época. Geralmente aliada ao governo imperial, a maior parte dos barões do café defendia a ordem escravocrata.

Os barões de café não limitaram os investimentos na produção do café, como também aplicaram os lucros obtidos com a venda do produto em outras áreas. A economia brasileira se fortaleceu muito ao serem desenvolvidas atividades de suporte que garantiam a exportação do café, como a **construção das ferrovias**. A distância entre as fazendas produtoras de café e as cidades portuárias que escoavam a produção para o mercado externo foi uma dificuldade imposta aos grandes fazendeiros de café, que utilizavam de tropas de animais para fazer o transporte do

café das fazendas ao porto. Assim, a alternativa encontrada foi o investimento nas ferrovias. A primeira ferrovia construída no país foi a **Estrada de Ferro Mauá**, inaugurada em 1854, ligava o porto de Mauá, na Baía de Guanabara a Fragoso, cidade próxima a Petrópolis, por 14 km de extensão. Em 1867, foi inaugurada a **Estrada de Ferro Santos-Jundiaí**, construída pela companhia britânica **São Paulo Railway Company Limited**, que ligava a cidade de Jundiaí, no interior de São Paulo, até o porto de Santos.



Fonte: <https://www.jornaldaorla.com.br/noticias/23283-estacao-do-valongo-e-novo-ponto-de-embarque-da-linha-do-bonde/>

Estação do Valongo - Santos/SP - Estrada de Ferro Santos-Jundiaí

Depois dela, outras estradas de ferro foram construídas por outras empresas como a Mogiana, Ituana e a Sorocabana.

Além do investimento na construção de ferrovias, o café ajudou a **financiar a instalação de indústrias e melhorias nas**

idades, como no serviço de transporte, energia, o que acabou beneficiando o crescimento urbano no período.

- Mas o Brasil não era só café...

O café ocupou o lugar de principal produto de exportação brasileira, mas havia outras atividades econômicas importantes no Brasil Imperial.

O **açúcar**, principalmente produzido do Nordeste, ainda ocupava um espaço importante nas exportações brasileiras. Porém, a concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas fez o açúcar brasileiro perder espaço no mercado internacional. Mesmo a tentativa de modernizar a produção açucareira não foi suficiente para recuperar o lugar do açúcar como o principal produto da economia brasileira.

Além do açúcar, a **borracha**, extraída do látex dos seringais da região da amazônica; o **algodão**; produzido no Brasil conseguiu conquistar maior espaço nas exportações na década de 1860, com a queda das exportações dos Estados Unidos, que passava pela Guerra de Secessão.

2. Assinale V para verdadeiro ou F para falso nas frases abaixo:

A. () Os lucros obtidos na produção do café permitiram o investimento em outras áreas, como a indústria no Brasil.

B. () O Brasil valorizou somente a agricultura no período do Segundo Reinado.

C. () A elite cafeeira era formada pelos senhores de engenho, que centralizavam o poder nas províncias do norte do país.

D. () Além do café, o açúcar, o algodão e a borracha tiveram papel importante nas exportações brasileiras.

E. () A construção de ferrovias foi muito favorável a economia cafeeira no Brasil.

Trabalho escravo no Brasil Imperial

A economia brasileira passou por algumas transformações durante o século XIX, mudando seu centro econômico para a região sudeste, onde se concentrou a produção cafeeira. Contudo, o trabalho escravo continuava vigente, considerado essencial para a cafeicultura.

Estima-se que para a manutenção da mão de obra de escravos no Brasil o tráfico foi intensificado em meados do século XIX, justamente o período de expansão cafeicultura no sudeste do país, mais especialmente no Vale do Paraíba e do Oeste Paulista. A grande quantidade de escravos trazidos demonstra que o tráfico de escravos continuou gerando muitos lucros.

Essa configuração começa a ser transformada em meados do século XIX devido à pressão dos ingleses para acabar com o **tráfico de escravos**. A Inglaterra, país que liderava o processo da Revolução Industrial, aumentou a produção de

mercadorias e visualizava ampliar seu mercado consumidor no Brasil e no mundo. Com o fim do tráfico de escravos, os recursos aplicados neste tipo de comércio poderiam ser investidos no consumo dos produtos ingleses. Tanto o governo imperial quanto as elites agrárias brasileiras acreditavam que a abolição do tráfico significaria a ruína da economia nacional, que tinha uma das bases a escravidão.

Em 1845, o Parlamento inglês aprovou a **Lei Bill Aberdeen**, lei que permitia a marinha britânica aprisionar navios que praticassem o tráfico de escravos. A fiscalização dos ingleses se tornou mais intensa para assegurar que o cumprimento da lei. Os brasileiros consideravam a lei uma afronta a soberania nacional.

Já em 1850, cedendo às pressões inglesas, o Brasil aprovou a **Lei Eusébio de Queirós**, que proibia o tráfico internacional de escravos para o Brasil. Os cafeicultores e outros fazendeiros voltaram-se para o tráfico interno, entre províncias, para garantir a mão de obra escrava nas regiões cafeeiras.

O **Movimento abolicionista** ganhou força a partir da década de 1860 no país. Sociedades abolicionistas foram fundadas após a Guerra do Paraguai, na qual escravos foram libertados das fazendas para lutar pelo exército brasileiro. Faziam parte dessas sociedades jornalistas, poetas, oficiais do exército e outros grupos sociais brasileiros que passaram a questionar a escravidão, propondo a sua substituição pelo trabalho livre no país.

As elites brasileiras resistiram à ideia da abolição, pois acreditavam que a produção agrícola sofreria uma queda e a abolição poderia gerar uma revolta generalizada dos escravizados que conquistariam sua liberdade.

Foram anos de lutas, resistências e da campanha abolicionista antes do fim da escravidão no Brasil. A influência dos fazendeiros cafeicultores na esfera política decidiu os rumos da abolição da escravidão do Brasil, que se deu de forma lenta e gradual, garantindo os privilégios dos grupos dominantes.

<p>Lei Rio Branco Lei do Ventre Livre 1871</p>	<p>Declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data. As crianças livres poderiam ficar com suas mães até os 8 anos de idade. Depois disso, o senhor podia optar em receber uma indenização do Estado por conta da libertação ou utilizar os serviços desse liberto até completar 21 anos de idade.</p>
<p>Lei Saraiva-Cotegipe Lei dos Sexagenários 1885</p>	<p>Lei que libertava os escravizados com mais de 60 anos. Entretanto, exigia que antes de serem libertos, esses escravizados teriam que trabalhar por mais três anos para seus senhores, a título de indenização, ou até completarem 65 anos.</p>
<p>Lei Áurea 1888</p>	<p>Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, que substituíria provisoriamente seu pai Dom Pedro II, assina a lei que declarava extinta a escravidão no Brasil.</p>

A abolição, porém, não significou uma melhor situação ao que foram libertos. Essa parcela da população não foi integrada à sociedade, muito por conta do racismo que impunha aos negros a marginalização dos direitos sociais. A liberdade não lhes garantiu as condições de sobrevivência e alguns desses libertos, voltaram a trabalhar aos seus senhores para garantir seu sustento, principalmente na área rural. Nas cidades, a situação não foi diferente, obrigando a população negra a se estabelecer em bairros pobres e recebiam baixos salários por serviços pesados.

3. Escreva sobre as leis abolicionistas, apontando as determinações e características de cada uma delas.

4. Observe o gráfico abaixo e depois responda as questões.



Fonte: Roberto C. Simonsen. História econômica do Brasil. São Paulo: Nacional,

A. Quais são as informações apresentadas no gráfico?

B. O que explica a diferença dos números entre os anos apresentados no gráfico?

O trabalho livre no Brasil

A experiência do trabalho livre no Brasil não começou exclusivamente para atender as necessidades da produção do café. Os primeiros imigrantes europeus que chegaram ao país vieram ainda no governo de D. João VI, que promoveu a instalação de suíços e alemães no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na década de 1840, começou a ser realizada a primeira experiência com o trabalho livre imigrante na cafeicultura. Essa experiência se deu sob o **sistema de colônias de parceria**, proposta feita pelo senador Nicolau Campos Vergueiro, de 1845 e implantada na **Fazenda Ibicada**, em Limeira, São Paulo, de propriedade do senador Vergueiro. A proposta desse sistema consistia no pagamento da viagem e das despesas de manutenção da família imigrante pelo fazendeiro, que depois seriam ressarcidas pelo imigrante. Por meio desse sistema, os colonos, ao chegarem no Brasil recebiam do proprietário da fazenda um lote de terra para o cultivo de café. No final do processo, o lucro obtido

com a venda do café era dividido entre os colonos imigrantes e o dono da fazenda.

O sistema de parceria não teve muito sucesso. Os colonos reclamavam das condições impostas pelos fazendeiros, que reservavam as melhores áreas para si e eram cultivadas pelos escravos. Além disso, estavam sempre endividados, pois eram obrigados a comprar mantimentos nos armazéns da fazenda, pagar as despesas da viagem e instrumentos de trabalho. Os colonos chegaram a organizar rebeliões ou fugiram em busca de novas oportunidades.

A partir de 1870, foi implantado um novo programa de imigração, o **sistema de imigração subvencionada**. Por esse sistema, o governo imperial e da província de São Paulo passaram a **subsidiar** a imigração, promovendo campanhas para a vinda de imigrantes europeus ao Brasil, custeando a viagem desses imigrantes da Europa para o nosso país. Os imigrantes passaram a receber salários por seu trabalho e um pedaço de terra para o cultivo de alimentos. Entre 1870 e 1890, período em que o programa passou a funcionar, foi a época mais ativa da imigração europeia no Brasil. Uma grande parte desses imigrantes foram encaminhados as fazendas paulistas; outra parcela se estabeleceu no sul do país, formando núcleos de colonos em torno de uma pequena propriedade.

A necessidade de mão de obra foi um dos motivos para a imigração. O incentivo à imigração europeia para o Brasil também se deu numa época em que **teorias raciais** se propagavam. Essas teorias promoviam a ideia de a etnia ser um fator determinante para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Por essa **mentalidade racista**, só com o **branqueamento** da população brasileira, o país conseguiria ser considerado como uma nação próspera e civilizada; que apenas os brancos europeus poderiam "civilizar" o Brasil. Muitos dos cafeicultores ricos, membros da elite e do governo seguiram essas ideias e por isso incentivaram a imigração europeia para o país.

5. Explique como se deu o trabalho livre no Brasil a partir do Segundo Reinado, com a experiência da imigração europeia.

Lei de Terras - 1850

Em 1850, o parlamento brasileiro promulgou a **Lei de Terras**, lei que determinava que o acesso a propriedade da terra no país seria feita pela compra, e não mais por doação ou pela posse, como era feita pela Coroa no período colonial. Para ser dono da terra o único meio seria comprá-la, e do registro da propriedade. Essa medida limitou o acesso à terra para os antigos escravizados, imigrantes e trabalhadores pobres que não tinham recursos para sua aquisição.

Não por acaso, a Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu a importação de escravos para o Brasil. A proibição do tráfico de escravos e a entrada de imigrantes no Brasil foram vistos como uma **ameaça** aos grandes proprietários rurais, principalmente os cafeicultores, que estavam interessados em ampliar a oferta de mão de obra e expandir suas plantações - com os preços elevados, as camadas mais pobres não tinham acesso à terra, logo eram forçadas a trabalhar para os grandes proprietários ou comerciantes.

6. Sobre a Lei de Terras (1850), assinale a alternativa correta:

(A) A lei determinou que a compra seria o único meio de ter a propriedade da terra no Brasil.

(B) As terras seriam doadas somente aos trabalhadores livres.

(C) Recebeu o benefício da Lei Eusébio de Queirós, que facilitou o tráfico internacional de escravos para o Brasil.

(D) Foi mal vista pela elite do Brasil, pois favoreceu o acesso a propriedade da terra a todos no Brasil.